
DELIBERAÇÃO CBH-PN3 Nº 81, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2025.

Institui a Câmara Técnica de Regulação e Instrumentos Econômicos do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba — CBH - PN3 e estabelece as diretrizes e normas para o seu funcionamento.

O Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba – CBH-PN3, no uso das competências que lhe são conferidas pelo seu Regimento Interno.

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir a CTRIE - Câmara Técnica de Regulação e Incentivos Econômicos do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros de Baixo Paranaíba, com as seguintes atribuições:

I - Fomentar o fortalecimento do CBH-PN3 por meio da efetiva implementação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos na bacia do baixo Paranaíba;

II - Examinar as questões enviadas pelo presidente do Comitê com prazo estipulado pelo mesmo, relativas à outorga e a cobrança, emitindo parecer conclusivo a fim de subsidiar a decisão da Plenária;

III - Propor procedimentos, mecanismos e critérios para a cobrança pelo uso de recursos hídricos, estabelecendo, inclusive valores para os seus diversos usos;

IV - Analisar e sugerir diretrizes para a implementação e aplicação da cobrança pelo uso de recursos hídricos;

V - Propor diretrizes gerais para a implementação dos instrumentos de gestão: a compensação a municípios pela exploração e restrição de uso de recursos hídricos; e o rateio de custos das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo;

VI - Outras atribuições que vierem a ser delegadas pela Plenária do CBH-PN3;

VII - Emitir pareceres sobre os processos de outorga dos direitos de uso de recursos hídricos para empreendimentos na Bacia dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba, encaminhados para a análise pelo órgão estadual competente;

VIII - Analisar e emitir parecer sobre os conflitos relacionados com os recursos hídricos, quando necessário.

Art. 2º - Na composição da Câmara Técnica deverá ser considerada a participação dos segmentos referidos nos incisos do art. 39, da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, sua competência, a finalidade dos órgãos ou entidades nelas representadas e preferencialmente composta por representantes com experiência nos temas objetos de análise.

Art. 3º - A Câmara técnica será composta por até 08 (oito) membros titulares e 8 (oito) membros suplentes de entidades membros do CBH-PN3, titulares ou suplentes, observando o critério da representação paritária dos segmentos, assim distribuídos:

- I - 2 membros titulares e 2 suplentes representantes do poder público estadual;
- II - 2 membros titulares e 2 suplentes representantes do poder público municipal;
- III - 2 membros titulares e 2 suplentes representantes dos usuários;
- IV - 2 membros titulares e 2 suplentes representantes da sociedade civil.

§ 1º - Caberá aos representantes das entidades do CBH-PN3, definidas para comporem a Câmara Técnica, indicarem seus representantes.

§ 2º - A CTRIE terá um coordenador e um secretário, eleitos em sua primeira reunião, por maioria simples de votos dos seus integrantes titulares.

§ 3º - Em caso de ausência do coordenador, este será substituído pelo secretário.

§ 4º - O mandato dos membros da CTRIE será coincidente com o mandato dos conselheiros do Comitê.

§ 5º - Em caso de vacância do cargo de coordenador ou do cargo de secretário, será realizada nova eleição para o cumprimento do restante do mandato, em conformidade com o disposto no §2º.

§ 6º - A entidade membro da CTRIE poderá indicar, formalmente, pessoa especialista para representar a instituição em temas de sua competência.

Art. 4º - Compete ao Coordenador da Câmara Técnica:

- I - Convocar e presidir as reuniões da Câmara Técnica;
- II - Propor e/ou validar os itens de pauta das reuniões da Câmara Técnica;
- III - Estimular os demais membros a participar das reuniões;
- IV - Apresentar resumo das atividades da Câmara Técnica nas assembleias gerais do CBH-PN3, quando solicitado;
- V - Redigir e assinar os pareceres técnicos elaborados pelos membros das câmaras sobre assuntos de sua competência;

VI - Acompanhar o andamento das atividades propostas no Plano de Trabalho anual da Câmara Técnica e propor revisões caso surjam dificuldades em cumpri-lo;

VII - Possibilitar a participação democrática de todos os representantes setoriais presentes nas reuniões.

Art. 5º - Compete ao Secretário da Câmara Técnica:

I - Preparar a pauta e convocações das reuniões;

II - Redigir as sínteses das reuniões;

III - Organizar as inscrições e o tempo de falas e de participação dos membros e convidados.

Art. 6º - A Câmara Técnica reunir-se-á:

I - Ordinariamente, conforme cronograma aprovado na última reunião do exercício anterior, devendo a convocação ocorrer com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis;

II - Extraordinariamente, por iniciativa do Coordenador ou no mínimo por iniciativa de 1/3 de seus membros, ou através de solicitação da Diretoria do CBH-PN3, devendo a convocação ser enviada com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis.

Art. 7º - A ausência não comunicada e justificada previamente a 2 (duas) reuniões consecutivas implicará na perda da representação.

Art. 8º - A Câmara Técnica poderá constituir Grupos de Trabalho para cada tema a ser estudado, extinguindo-se ao término dos trabalhos.

Parágrafo único - A entidade membro da CTRIE poderá indicar, formalmente, pessoa especialista para representar a instituição em temas de sua competência.

Art. 9º - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua aprovação, e revoga a Deliberação nº 40 de 1 de setembro de 2020.

Campina Verde, 27 de novembro de 2025.

Elaine Aparecida dos Santos Oliveira

Presidente Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba – CBH-PN3